



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Comarca	Belém
Unidade	11ª Vara Criminal de Belém
Competência	Juízo Singular
Data da Correição/Edital	16/05/2023 e 17/05/2023 Edital n. 06/2023-CGJ, publicado em 24/04/2023
Responsável pelo preenchimento do relatório na Unidade	Jorge Augusto Paiva da Cunha

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Juiz(íza) de Direito/Período de exercício na Unidade:

A Exma. Sra. Dra. Alda Gessyane Monteiro de Souza Tuma é a juíza titular da Unidade desde 21/03/2006.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:

- a) Férias: Não houve.
- b) Folgas compensatórias: 03 dias (23, 24 e 27 de fevereiro de 2023) - Portaria nº 708/2023-GP, de 14 de fevereiro de 2023.
- c) Licenças: Licença médica (13 a 15 de abril de 2023) – Portaria nº 1516/2023-GP, de 12 de abril de 2023.

1.3. Endereço/telefone/e-mail:

Rua Tomázia Perdigão, nº 310, CEP 66015260, Belém/PA
3205-2269
11crimebelem@tjpa.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1.4. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Item prejudicado.

Observação CGJ: O último plantão foi realizado no período de 21 a 23/04/2023 pela Magistrada e dois servidores da secretaria, além do apoio da distribuição.

1.5. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Não há expedientes pendentes de resposta na Unidade Judicial.

Observação CGJ: A Unidade informou que o acesso do PJECOR é feito pela Assessoria.

2. QUADRO FUNCIONAL E ESTRUTURA DA SECRETARIA/UPJ:

2.1 – Servidores(as) da Secretaria/UPJ:

SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA/UPJ			
	Nome do(a) servidor(a)	Tipo de vínculo (efetivo, exclusivamente comissionado, cedido, terceirizado, estagiário)	Cargo/Função
01.	JORGE AUGUSTO PAIVA DA CUNHA	Efetivo	Diretor de Secretaria
02.	LUIZ FERNANDO LOBATO ARAÚJO	Efetivo	Analista Judiciário
03.	PAULA VIEIRA DA SILVA	Efetivo	Analista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			Judiciário
04.	RONEISY CRISTINA MELO DA SILVA	Efetivo	Auxiliar Judiciário
05.	WANESSA BRABO MAURO	Efetivo	Auxiliar Judiciário
06.	FELIPE SILVA MESQUITA	Estagiário	Estagiário

2.2. Há servidores(as) da Secretaria/UPJ que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (*Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019*). **Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas?** (*anexar planilha dos últimos 03 meses*)

Não há servidores em regime de teletrabalho.

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) da Secretaria/UPJ em regime de trabalho presencial? (*anexar planilha dos último 03 meses*)

Mediante o estabelecimento de metas e acompanhamento da produtividade no painel de gestão judiciária.

Observação: A unidade tem um organograma de atividades encaminhada para o e-mail funcional de todos os servidores da secretaria. A divisão de tarefas é feita em secretaria. São servidores que trabalham há anos na Vara, e que tem uma integração. Em anexo ao relatório de correição, consta o organograma encaminhado pela Vara.

2.4. A Unidade se encontra com lotação paradigma de servidores(as)? (*Resolução n. 219/2016-CNJ, alterada pelas Resoluções n. 243/2016-CNJ e n. 282/2019-CNJ*)

Sim.

Observação CGJ: De acordo com a Tabela de Lotação de Pessoal



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

disponibilizada na página da SGP, a lotação paradigma da Unidade é de 05 (cinco) servidores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
TJP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciais de Primeiro Grau e Segundo Grau
2º Semestre - 2022

Unidade	Tipo	Sigla	Número	UF	Município	At. Litig. Process. (A.L.P.)	Atividade Litig. (A.L.)	Atividade Extrajudicial (A.E.)	SERVIDORES EM LOTAÇÃO PARA OBRAS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO (S.O.)	QUANTIDADE DE EMPREGADOS EM ANEXO DE SER																	
										EMPREGADOS EM ANEXO DE SER - COM CARGO EM CONDIÇÃO - CC								TOTAL DE EMPREGADOS EM ANEXO DE CONDIÇÃO		TOTAL DE EMPREGADOS EM ANEXO DE CONDIÇÃO							
										CO	CE	CL	CO	CE	CO	CE	CO	CE	CO	CE	CO	CE					
Promotor	Tipo	TJP 1003	1	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Promotor	Tipo	TJP 1004	1	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promotor	Lotação	TJP 1005	1	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promotor	Tipo	TJP 1006	1	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promotor	Tipo	TJP 1007	1	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promotor	Lotação	TJP 1008	1	L	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



2.5. Estrutura da Secretaria/UPJ:

(descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Não há dificuldades estruturais no momento.

3. QUADRO FUNCIONAL E ESTRUTURA DO GABINETE:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3.1 – Servidores(as) do Gabinete:

SERVIDORES(AS) DO GABINETE			
	Nome do(a) servidor(a)	Tipo de vínculo (efetivo, exclusivamente comissionado, cedido, terceirizado, estagiário)	Cargo/Função
01.	MARLON THIAGO DE AMORIM RIBEIRO	Exclusivamente comissionado	Assessor
02.	ISABELA RIBEIRO LAMARÃO	Efetivo	Analista judiciário
03.	FELIPE AUGUSTO DE ALMEIDA MAGALHÃES	Estagiário	Estagiário

3.2. Há servidores(as) do Gabinete que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Não há servidores em regime de teletrabalho.

3.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) do Gabinete em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

O controle ocorre através do quantitativo de despachos, decisões e sentenças que devem ser cumpridos na meta estabelecida semanalmente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

MOVIMENTOS	ABRANG. %	PROCESSOS
4004	9.881	1384
1882	2.522	138
1227	3.182	26
1126	19.91	197
729	182	74
349	1.02	222
72	281	227
6803	22.741	2296

3.4. Estrutura do Gabinete:

(descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Precisaríamos de um maior espaço físico, que pudesse assim atender as nossas necessidades, bem como dos jurisdicionados.

4. MINISTÉRIO PÚBLICO / DEFENSORIA PÚBLICA:

4.1. Há Promotores(as) de Justiça atuando na Unidade? Identificar.

Sim.
Dr. José Haroldo Carneiro Matos.

4.2. Há Defensores(as) Públicos(as) atuando na Unidade? Identificar.

Sim.
Dr. Diogo Costa Arantes.

5. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA/UPJ:

5.1. Qual a metodologia de trabalho empregada na Secretaria/UPJ (por setor, por tarefa, etc)? É utilizado método de triagem? Há fluxo de trabalho pré-estabelecido até o retorno do Gabinete?

Utilizamos a metodologia de trabalho por tarefa. Utilizamos o método de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

triagem e as atividades são filtradas conforme a etiqueta afixada no processo.

Obs CGJ: A Servidora Roneisy que tem uma produtividade alta reportou que faz a triagem dos processos que entram na caixa, e separa o que é despacho e decisão

5.2. Como são divididas as tarefas dentre os(as) servidores(as) que atuam na Secretaria/UPJ? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor(a).

A Divisão de tarefas ocorre da seguinte forma:
Jorge Cunha (Diligências de processos de réu preso, Certidões e Processos urgentes);
Luiz Lobato (Realização das audiências);
Paula da Silva (Diligências de audiência, Guia VEPMA e Guia ANPP)
Roneisy da Silva (Atendimento, Autuação de processos, juntada de protocolos e diligências gerais);
Wanessa Mauro (Diligências de processos sentenciados e diligências gerais).

Observação CGJ: Foi encaminhado um organograma pelo Diretor de Secretaria.

5.3. São fixadas metas de trabalho para cada servidor(a) dentro das atribuições para as quais foram designados na Secretaria/UPJ?

Sim.

Observação da CGJ: A meta é semanal conforme a demanda. Exemplo: Foi verificada a listagem do BNMP. O Diretor de Secretaria informou que observa as atribuições de cada servidor para acrescentar as demandas extras e necessárias para o regular andamento do processo.

5.4. Todos os(as) servidores(as) e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim.

- DOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIOS DA SECRETARIA/UPJ:

5.5. Durante a análise dos processos que se encontram na tarefa “*Migração do Sistema Libra*”, antes do encaminhamento para a primeira análise pelo(a) Magistrado(a), são atualizados os dados cadastrais das partes e advogados? É verificada a identificação de classe e assunto, conforme da Tabela Processual Unificada do CNJ? É realizada etiquetagem?

Sim.

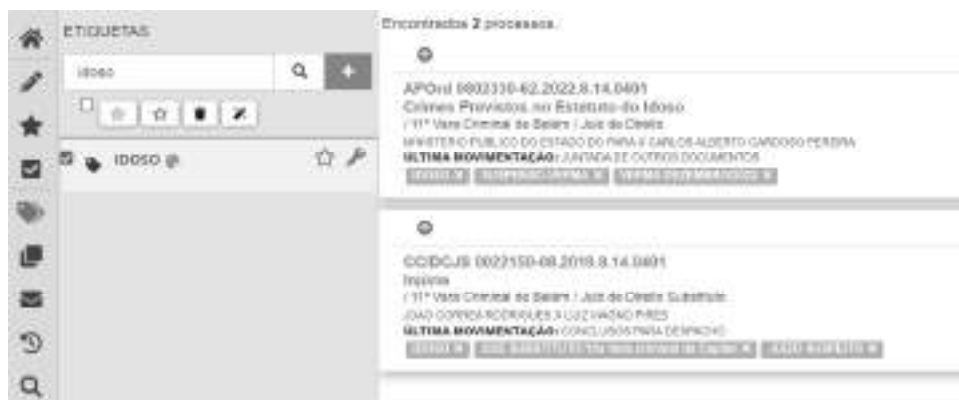
Realizamos a etiquetagem quando se faz necessário, como nos processos de réus presos.

Observação CGJ: Não há processos na tarefa migração.

5.6. Como é feito o controle dos processos que possuem prioridade legal? (*idosos, medidas cautelares urgentes, Infância e Juventude, Violência Doméstica e Familiar, etc*).

Esse controle ocorre por meio da afixação de etiquetas.

Observação CGJ: Verificadas as etiquetas da Unidade





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Nenhum processo etiquetado.



5.7. Nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ, segredo de justiça e prioridades legais há identificação dos autos digitais por etiquetas?

Sim.

5.8. Há análise diária da pasta "agrupadores" do sistema PJE?

(Corregedoria: no PJE utilizar filtro "buscar resultados desde sempre" para verificação)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim.

Esta imagem mostra a interface de pesquisa do sistema PJE. O formulário contém campos para: Processo, Classe judicial, Acordo, Órgão julgador, Nome da parte, DAS (000000 a US), CPF/CNPJ, e Processos com parte sem CPF/CNPJ. Há também uma opção para 'Buscar resultados desde' com o valor 'Sempre'. Botões de 'PESQUISAR' e 'LIMPAR' estão visíveis. Abaixo do formulário, há uma barra de resultados que indica 'Petições analisadas não lidas - (1)'.

16.05.2023 - AGRUPADORES: PESQUISA: SEMPRE

Observação CGJ: Merece registro que nos agrupadores, mesmo modificando para o tempo 'sempre' só há na Unidade uma petição avulsa não lida.

Observação: Na pesquisa do dia 17/05/2023 não aparece mais nenhuma petição avulsa não lida, porém aparecem 27 processos sob análise de prevenção

Esta imagem é uma captura de tela da interface de pesquisa do PJE, datada de 17/05/2023. O layout é idêntico ao da imagem anterior, mostrando os campos de busca e o botão 'PESQUISAR'. A barra de resultados na parte inferior indica 'Petições analisadas não lidas - (1)'.

Print na data de 17/05/2023



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



5.9. A Secretaria/UPJ utiliza atos ordinatórios para intimação?

(Provimento n. 06/2006-CGJ, alterado pelo Provimento n. 08/2014-CJRMB)

Sim.

5.10. A Unidade realiza o procedimento de “retificação da autuação” no sistema PJE após o recebimento da denúncia pelo Órgão do Ministério Público?

Sim, realiza-se a retificação da autuação com a mudança do procedimento e qualidade das partes.

5.11. Há processos “aguardando conclusão” em Secretaria?

Não.

5.12. De que forma são controlados os prazos processuais?

Os prazos são controlados manualmente com a verificação dos processos que se encontram na tarefa “aguardando prazo”.

Observação CGJ: A servidora Roneisy faz esse controle semanal.

5.13. Consta do acervo eletrônico da unidade processos migrados com



base na Nota Técnica nº 001/2022-SDV? Caso positivo, eles estão identificados no acervo por meio de etiquetas? E que providências foram adequadas para devolução dos autos físicos?

Não consta do acervo eletrônico da Unidade.

Observação CGJ: Durante a digitalização, os autos que estavam com carga externa foram devolvidos, e digitalizados. Inclusive, os autos de IPL que estavam com carga para a Polícia Civil, segundo informação da Diretora de Secretaria.

5.14. Há processos paralisados há mais de 90 (noventa) dias aguardando laudo pericial, exame de DNA, etc? Em caso positivo, como é realizado o controle destes feitos? Que providências foram adotadas diante do atraso injustificável do laudo pericial/exame?

(a Unidade deve juntar lista de todos os processos nesta situação)

Não.

Observação CGJ: Tem etiqueta de aguardando laudo pericial. Processo 0801203-552023.814.0401, aguardando laudo desde 06/04/2023.



5.15. Existem inquéritos sem andamento há mais de 03 (três) meses? Quantos inquéritos se encontram tramitados para a Delegacia e/ou Corregedoria de Polícia Civil para cumprimento de diligências? *(artigo 3º da Resolução n. 66/2009-CNJ, alterada pelas Resoluções n. 87/2009-CNJ e 117/2010-CNJ e pela Emenda n. 1-CNJ)*

Em observância à resolução nº 002/2014- GP, os inquéritos a serem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

tramitados para Delegacia ou Corregedoria de Polícia são redistribuídos à Vara de Inquéritos Policiais, de modo que nesta Unidade Judicial não há inquéritos aguardando andamento há mais de 3 meses.

5.16. A Secretaria realiza a exclusão das partes considerando o desmembramento dos autos? (*Instrução n. 01/2021-CGJ – regulamenta o procedimento de cadastramento de processos desmembrados em razão de decisão judicial*)

Sim.

5.17. Há processos em Secretaria aguardando remessa ao 2º grau? Há processo envolvendo réus presos nesta situação?

Não há processos aguardando remessa ao 2º grau.

Observação CGJ: Foi verificado, não há de fato processos aguardando remessa. Havia o processo 08115525420228140401 aguardando remessa ao segundo grau com problema na remessa. Foi aberto um chamado 2122146583 e resolvido na data de hoje pela secretaria.

5.18. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? (*§2º do art. 2º da Lei Estadual n. 6.750/2005, que instituiu o Sistema de Conta Única de Depósitos sob Aviso à disposição da Justiça no Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências*).
(*Deve a Unidade juntar o relatório expedido pelo SDJ*)

Sim, por algumas razões: o processo ainda se encontra em tramitação, a parte interessada não requereu a restituição do valor depositado.

Observação CGJ: Foi entregue o relatório do SDJ do Diretor de Secretaria, anexado ao presente relatório.

5.19 Há efetivo controle pela Secretaria/UPJ sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual a



providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

Sim, realizamos o controle. A Unidade Judicial realiza acompanhamento dos mandados não devolvidos por oficial de justiça e em caso de atraso são expedidos ofícios à Central Única de Mandados, via e-mail, com determinação de prazo para devolução, e não obstante ainda mantemos contato telefônico e pessoal junto a essa Central, sempre no intuito de obtermos êxito na devolução dos mandados.

Derradeiramente, quando não obtivemos êxito, apesar de todas as providências adotadas, o juízo procede a comunicação à Corregedoria Geral do TJEPA visando adoção de providências.

5.20. Há processos aguardando cumprimento de mandado há mais de 30 dias? Como é feita a cobrança desses mandados? *(Provimento Conjunto n. 09/2019-CJRMB/CJCI, alterado pelo Provimento Conjunto n. 01/2020-CJRMB/CJCI e pelo Provimento n. 01/2022-CGJ)*

Sim, referentes a processos de réus soltos. A cobrança é realizada pelas formas já esclarecidas no item 5.19.

05 (cinco) expedientes mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça

Número do processo	Número do documento	Data do recebimento	Nome do Oficial
0801203-55.2023.8.14.0401	89649124	-	Aguardando a distribuição do mandado. (expedido e-mail à Central de Mandados em 08.05.2023)
0010199-	8975965	28/03/2023	Luiz Maria de Oliveira



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

95.2011.8.14.0401	1		
0001225- 40.2009.8.14.0401	8975966 4	28/03/2023	Gladson Pereira Américo
0011991- 74.2017.8.14.0401	9016566 7	03/04/2023	Leandro Antunes Lopes Fernandes
0010150- 93.2007.8.14.0401	9017030 7	03/04/2023	Rafael dos Santos Nonato

5.21. A Unidade utiliza os sistemas SEEU/CNJ (competência para execução penal), BNMP/CNJ, INFOPEN/SUSIPE (consulta sobre réus presos), INFODIP/TRE (cadastro de suspensões direitos políticos), SIEL/TRE (consulta de endereços), SISTAC/CNJ (audiência de custódia), SNBA/CNJ (Bens apreendidos) e SDJ (sistema de depósitos judiciais)?

Sim, utilizamos os sistemas acima.

Observação CGJ: A servidora Paula tem acesso ao SEEU, BNMP todos os servidores da Secretaria da Vara têm acesso. Assim como, no gabinete, a Magistrada tem acesso aos sistemas referidos. Em relação ao sistema IFOPEN, todos os servidores da secretaria têm acesso. A Unidade já utiliza o SNGB. Foi orientado que todos os servidores façam o treinamento do SNGB. A Magistrada informou que quando implementado o sistema novo, foi orientado que apenas dois servidores fossem cadastrados. São cadastrados no sistema os servidores Jorge (Diretor de Secretaria) e a servidora Wanessa Brabo.

5.22. A Secretaria/UPJ intima as partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp*? (Resolução n. 28/2018-GP - institui e regulamenta, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, e dá outras providências).

Sim, realizamos a intimação via *WhatsApp* sempre através do telefone



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

celular funcional da Unidade. Fone: (91) 98010-1003.

Observação CGJ: Não é a prática da Unidade. A regra é intimar por mandado. Quando observam que será mais eficaz dar ciência da audiência à testemunha por whatsapp, por residir em local de difícil acesso por exemplo, segundo informação do Diretor de Secretaria.

5.23. A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do afiançado e à disposição do Juízo? No recolhimento dos valores de fiança é observado o procedimento disposto na Resolução 224/2016 – CNJ? (Dispõe sobre o recolhimento do valor arbitrado judicialmente a título de fiança criminal na ausência de expediente bancário e dá outras providências)

Sim, a fiança criminal é certificada nos autos, sendo o registro lançado no Sistema de Depósitos Judiciais do TJE/PA.

5.24. A sentença criminal condenatória transitada em julgado é comunicada à Justiça Eleitoral?

Sim.

5.25. A Secretaria/UPJ certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

Sim.

5.26. O Juízo observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim.

5.27. É cumprida a Resolução n. 162/2012 do CNJ? (*Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem*).

Não há na unidade prisão de estrangeiro.

5.28. A Secretaria/UPJ adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? (*Boas Práticas*)

Quinzenalmente são realizadas reuniões de alinhamento de metas e ajustes com os servidores da Unidade.

Observação da CGJ: O Diretor de Secretaria informou a divisão de tarefas por organograma, na gestão do PJE a inclusão de modelos, controle de prazos de forma manual, os processos suspensos são verificados pela Unidade com frequência.

A Magistrada informou que no momento da apresentação do réu, sempre procura saber se de fato a família do réu sabe da prisão dele, e se teve visita, se tem algum telefone de contato. O Réu fornece o número do telefone do familiar para que seja comunicada prisão do mesmo.

5.29. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos? A Unidade realiza acompanhamento do Painel de Incremento de Baixas – PIB? (*Portaria n. 4590/2019-GP, de 25/09/2019*). **Segundo o Painel de Gestão Judiciária, há quantos feitos julgados e não baixados na Unidade?**

(*Corregedoria: incluir print do PIB e do quantitativo de processos julgados e não baixados segundo Painel de Gestão*)

A unidade realiza o procedimento de arquivamento dos feitos no início de cada mês, e ao longo do mês de referência os arquivamentos são feitos pontualmente conforme o processo esteja apto para a baixa. Sim, a unidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

acompanha diariamente o PIB. Há 65 feitos julgados e não baixados, exemplificando os casos em que os réus estão condenados, porém na condição de foragido, o que impossibilita a expedição das guias de recolhimento e a consequente baixa processual, bem como processos que ainda estão no prazo aguardando a ciência da sentença pelas partes.

Observação CGJ: Print tela "Julgados e não Baixados"

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

JULGADOS E NÃO BAIXADOS
79

Resumo de processos julgados e não baixados

CLASSE	JULGADOS E NÃO BAIXADOS
Ação Penal - Procedimento Criminal	66
Ação Penal - Procedimento Sumário	8
Procedimento Especial da Lei Antidrogas	4
Outros Processos	1
Total	79

Lista de processos julgados e não baixados

Nº PROCESSO	COD. CLASSE	DECISÃO	CLASSE	ASSUNTO
30081500010010001	300	RECO	Carcer. Arrestando	3021 - Sa. Prisional
30002942010010001	300	RECO	Ação Penal - Procedimento Sumário	3005 - Sa. Prisional
30054911000100001	300	RECO	Procedimento Especial da Lei Antidrogas	3008 - Sa. Prisional
30018407100010001	300	RECO	Ação Penal - Procedimento Criminal	3001 - Sa. Prisional
30018411000100001	300	RECO	Ação Penal - Procedimento Criminal	3001 - Sa. Prisional
30018412000100001	300	RECO	Ação Penal - Procedimento Criminal	3001 - Sa. Prisional
30018413000100001	300	RECO	Ação Penal - Procedimento Criminal	3001 - Sa. Prisional
30018414000100001	300	RECO	Ação Penal - Procedimento Criminal	3001 - Sa. Prisional
30018415000100001	300	RECO	Ação Penal - Procedimento Criminal	3001 - Sa. Prisional
30018416000100001	300	RECO	Ação Penal - Procedimento Criminal	3001 - Sa. Prisional

5.30. A Secretaria Judicial/UPJ cumpre efetivamente todas as determinações contidas na Lei n. 8.328/2015, alterada pelas leis n. 8.583/2017 e n. 9.217/21? (Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Sim.

- DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

5.31. Como é feito o controle do prazo prescricional dos feitos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/CNJ? Há informações nos autos referentes (1) às datas dos marcos



interruptivos e (2) cálculo da prescrição?

(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

A verificação do prazo prescricional ocorre quando as partes se manifestam nesse sentido nos autos e o juízo procede a pesquisa acerca da data dos marcos interruptivos, bem como do cálculo da prescrição, adotando as decisões pertinentes nos próprios autos.

Quando não há manifestação das partes nesse sentido e o Juízo verifica a ocorrência da prescrição, dá conhecimento ao Ministério Público nos próprios autos e em seguida adota a decisão pertinente.

Observação CGJ: A Unidade tem poucas etiquetas de prazo prescricional

Encontrados 2 processos.

CriAmb 0009012-30.2013.8.14.0701
Da Polícia
11ª Vara Criminal de Belém / Juiz de Direito
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - JESUS DE NAZARE GALLOPER
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: EXPEDIÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS
[EXTINÇÃO DE FUNIBILIDADE POR PRESCRIÇÃO](#) [VER ETIQUETAS](#)

APOrd 0001466-67.1998.8.14.0401
Estelionato
11ª Vara Criminal de Belém / Juiz de Direito
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - JOSE ROBERTO DOS SANTOS PEREIRA
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: AUTUAÇÃO DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO
[EXTINÇÃO DE FUNIBILIDADE POR PRESCRIÇÃO](#) [MOTIVADA](#) [SENTENÇA](#) [PARAR](#)

5.32. A Unidade adota nos processos suspensos nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal o procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB, renovando a cada 90 (noventa) dias as diligências necessárias à localização do réu, inclusive utilizando-se de consulta do SEEU que possui base nacional? Há registro de controle dos prazos prescricionais nos processos suspensos?

(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

Sim.

Observação CGJ: A Unidade possui **339** processos suspensos.

Processos analisados por amostragem:

Nos processos abaixo, verificados durante a correição, há cumprimento do provimento 15:

1. 0000845-69.2008.814.0201 – última pesquisa dia 11.04.2023
2. 0000230-68.2007.814.0201 – última pesquisa dia 11.04.2023
3. 0013073-87.2010.814.0201 – última pesquisa dia 06.02.2023
4. 0803859-19.2022.814.0201 – última pesquisa dia 06.02.2023
5. 0020438-47.2000.814.0201 – última pesquisa dia 11.05.2023

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

BEIEM 1ª VARA CRIMINAL DE BEIEM

Tela de processos pendentes

NP DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	MOTIVAÇÃO	RELAJE	CLASSE	
00004200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00000200018140201	2011	08.10	350	Ação Penal - Procedimento Ordinário	200
00000400008140201	2009	08.10	350	Ação Penal - Procedimento Ordinário	664
00000600018140201	2010	08.10	1000	Ação Penal - Procedimento Ordinário	200
00004800008140201	2007	08.10	350	Ação Penal - Procedimento Ordinário	200
00000800018140201	2010	08.10	350	Procedimento Especial (Art. 40, III, do CP)	200
00001000018140201	2011	08.10	350	Ação Penal - Procedimento Ordinário	241
00001200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	200
00001400018140201	2010	08.10	350	Ação Penal - Procedimento Ordinário	241
00001600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00001800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00002000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00002200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00002400018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00002600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00002800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00003000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00003200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00003400018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00003600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00003800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00004000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00004200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00004400018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00004600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00004800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00005000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00005200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00005400018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00005600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00005800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00006000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00006200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00006400018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00006600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00006800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00007000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00007200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00007400018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00007600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00007800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00008000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00008200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00008400018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00008600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00008800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00009000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00009200018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00009400018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00009600018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00009800018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261
00010000018140201	2010	08.10	350	Crime Atoracinal	261

Resumo de Indicadores:

- FCL - Taxa de Congestionamento Líquida: 59,56%
- Casos Pendentes: 775
- Processos Suspensos: 339
- Processos Sobrados: 296

Controles: Sistema, Filtro, Número do processo, Todos.

- DOS PROCESSOS ENVOLVENDO RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:

5.33. Está sendo efetuado nos sistemas o devido registro de todas as



informações dos réus presos provisórios? (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*)

Sim.

5.34. Como são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há réu preso provisório? O controle é compartilhado entre os servidores(as) da Secretaria e Gabinete?

Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação

Os processos de réus presos são sinalizados com etiquetas visualizada por todos os servidores da Unidade Judicial.

Observação CGJ: A lista encaminhada pela Unidade aponta a existência, na data do envio, de 23 processos envolvendo réus presos, todos com a prisão reavaliada nos dias 09 e 10/05/2023.

5.35. A Unidade realiza o registro dos dados de prisão e soltura dos réus e atualiza as informações constantes da aba "*Informações Criminais*" no PJE, imprescindíveis para eficiente alimentação do sistema "*Painel de Gestão de Réus Presos*"?

A unidade, por diversas vezes, tentou realizar o devido registro dos dados de prisão e soltura dos réus na aba "*Informações Criminais*" no PJE, porém não obtivemos êxito, pois sempre apareceu uma etiqueta na cor vermelha e a mensagem constando que não fora possível salvar o registro.

Que a unidade visando solucionar essa questão, abriu chamado técnico (Chamado Técnico #2122077756) junto a Central de Serviços na data de 29 de agosto de 2022, entretanto até a presente data não obtivemos resposta.

Em que pese a situação informada acima, a unidade possui a constante alimentação dos dados de prisão e soltura junto ao sistema BNMP, bem como



no próprio sistema Pje, na função "características do processo".

Observação CGJ: Foi repassado o chamado ao setor de treinamento da informática para verificação da situação, e será reportada no treinamento. Não viram o vídeo instrucional da DPGE.

5.36. Há processos envolvendo réus presos provisórios sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias? Há processos envolvendo presos provisórios tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? Em caso positivo, relacioná-los.

(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão).

Não há processos envolvendo réus presos provisórios sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias na Unidade.

Quanto a processos em tramitação há mais de 180 dias envolvendo réus presos, temos apenas um único processo (proc. nº 0818427-40.2022.814.0401) nessa condição onde figuram 03 (três) acusados, todos presos, denunciados pela prática do crime de latrocínio, onde houve pedidos de diligências por um dos advogados que em seguida fora substituído por outro profissional, estando atualmente aguardando os memoriais que por ele deverá ser apresentado, ressaltando que as demais defesa já apresentaram os seus memoriais.

Observação CGJ: Durante a correição, o processo referido foi conclusos na data de hoje (16/05/2023) para julgamento ao gabinete.

5.37. Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso? Em caso afirmativo, como é realizado o controle?

Não é exigida a frequência mensal, pois a magistrada entendeu que essa medida não se demonstrava eficiente, e quando da concessão da liberdade provisória, fica consignado no Alvará de Soltura que em 48h do efetivo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

cumprimento o beneficiado obrigatoriamente tem que comparecer à Unidade Judiciária munido de documentos comprobatórios de identidade civil e residência.

Observação CGJ: Utilizam quando necessário termo de comparecimento mensal e juntam no PJE como certidão.

5.38. Todos os mandados de prisão, alvarás de soltura e guias de execução penal são expedidos no BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão)? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do BNMP para evitar inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura dos réus? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências). (Corregedoria: verificar dados Depurômetro)

Sim, a Unidade registra a movimentação e expedição de documentos junto ao BNMP.



Observação CGJ: Verificou-se que há presos provisórios que já estão com alvará de soltura expedido pela Vara, porém, ainda constam na lista gerada pelo BNMP como preso provisório da Vara. Nesse sentido, foi orientado que abram um chamado para o e-mail do CNJ (sistemasnacionais@cnj.jus.br) para sanar a inconsistência. Ex: a) Thais Cristina Santos Neves - solta pela Vara, inclusive com alvará de soltura cadastrada no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

BNMP (permanece na Lista de Presos Provisórios da Vara - 180966641-93); b) Claudomiro Queiroz Pereira - Procurado no BNMP (RJI 234870967-03); porém, não há mandado no PJE: PROC. 08080169820238140401, e, c) Mario Antônio Bandeira de Oliveira - Decisão vale como mandado, não há mandado no BNMP.

Observação da CGJ: Necessário um aprofundamento do manual de jornadas do BNMP.

5.39. De que forma a Unidade encaminha as guias de execução provisória/definitiva para a Vara de Execução Penal competente? É observado o que recomendam os ofícios circulares n. 80/2021-CGJ e n. 13/2022-CGJ, ambos da Corregedoria-Geral de Justiça, quanto à remessa das guias?

Sim, o envio das Guias de Recolhimento ocorre por meio de malote digital.

Observação da CGJ: As guias são expedidas pelo BNMP

- DOS BENS APREENDIDOS:

5.40. De que forma a Unidade identifica os processos em que há bem apreendido vinculado?

A identificação ocorre por meio de etiqueta.

Observação CGJ: Verificar quantitativo de processos com bens vinculados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ETIQUETAS

bens

Encontrei 4 processos:

- APCiv 0028182-75.2019.8.14.0001
Quadrilha do Bem
/ 11ª Vara Criminal de Belém / Juiz de Direito
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e JUIZ FEDERAL REQUEREM:
ULTIMA MONITORIAÇÃO PUBLICADO DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA
- APCiv 0018684-86.2018.8.14.0001
Rovildo Magalhães
/ 11ª Vara Criminal de Belém / Juiz de Direito
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e JUIZ FEDERAL REQUEREM:
ULTIMA MONITORIAÇÃO PUBLICADO DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA
- APCiv 0018225-55.2019.8.14.0001
Ficulado
/ 11ª Vara Criminal de Belém / Juiz de Direito
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e JUIZ FEDERAL REQUEREM:
ULTIMA MONITORIAÇÃO PUBLICADO DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA

ETIQUETAS

BENS

- BENS PARA DESTINAR
- ORIGEM SETOR DE BENS EXPEDIDO
- RESTITUIÇÃO DE BENS
- RESTITUIÇÃO DE BENS - AGUARDANDO COMPARECIMENTO DO INTERESSADO
- RESTITUIÇÃO DE BENS - AGUARDANDO RESPOSTA DO SETOR DE BENS

Nenhum processo etiquetado.

ETIQUETAS

BEM

- BEM APREENDIDO
- DESTINAR BEM

Nenhum processo etiquetado.



5.41. Há bens apreendidos na Secretaria ou Fórum da Comarca? Os objetos apreendidos se encontram devidamente identificados com o número do processo e as partes envolvidas?

Ressaltamos que os bens apreendidos são identificados com o número do processo e das partes envolvidas no sistema SNGB, ressaltando ainda que esses bens não ficam alojados na Secretaria, pois no Fórum Criminal da Capital há um setor próprio destinado para esse fim.

Observação da CGJ: É necessário o cadastramento de todos os bens no SNGB.

5.42. Todos os bens apreendidos vinculados aos feitos da Unidade se encontram devidamente cadastrados nos Sistema Nacional de Gestão de Bens Apreendidos – SNGB? Todos os servidores tem conhecimento do Manual do SNGB?

Sim, procedemos ao devido registro junto ao SNGB, tendo os servidores conhecimento do Manual do SNGB.

The screenshot shows the SNGB system interface. At the top, there are search filters for 'Tribunal de Justiça (Estado)', 'Tribunal de Justiça (Comarca)', 'Comarca', 'Unidade', 'Módulo', and 'Tipo'. Below the filters are buttons for 'Pesquisar', 'Imprimir', and 'Mostrar Detalhes'. The main area displays a table with the following columns: 'Data Cadastro', 'Tipo', 'Quantidade', 'Valor (R\$)', and 'Assin. Responsável'. The table contains 12 rows of data, all with a quantity of 1 and a value of 0.00. The 'Assin. Responsável' column contains various alphanumeric codes.

Data Cadastro	Tipo	Quantidade	Valor (R\$)	Assin. Responsável
000002130008140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	000002130008140401
00000189000118140901	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000189000118140901
00000122000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000122000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401
00000100000108140401	Áreas não Classificadas	1	0,00	00000100000108140401



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Nome	Quantidade	Tipo	Quantidade	Status (SI)	Data de Registro
Arma de fogo	1	Revólver	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Revólver	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Revólver	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Pistola	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Arma de fogo	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Revólver	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Revólver	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Arma de fogo	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Arma de fogo	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Arma de fogo	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Arma de fogo	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Arma de fogo	1	---	000000000000000000000000
Arma de fogo	1	Arma de fogo	1	---	000000000000000000000000

Observação CGJ: A Unidade possui **538** bens cadastrados no SNBA, dos quais **165** se encontram com status "a definir".

- Anexo: Lista de bens extraída do SNBA.

5.43. O Juízo cumpre efetivamente todas as determinações contidas no Provimento Conjunto nº 002/2021-CJRMB/CJCI, inclusive quanto ao procedimento cabível às armas de fogo e petrechos bélicos? (*Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará*).

Sim, havendo a destinação das armas e munições apreendidas nos processos cujos laudos periciais já se encontram nos autos após a manifestação das partes.

5.44. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

arquivamento de inquéritos policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

Não houve a constatação.

N. do processo	Arma/Objeto vinculado
Item prejudicado.	Item prejudicado.

Observação CGJ: Há bens a definir no SNBA.

- UNAJ – UNIDADE DE ARRECAÇÃO JUDICIAL

5.45. Existe UNAJ na Comarca? Identifique o(a) servidor(a) responsável.

Item prejudicado.

5.46. Qual o prazo médio que o processo permanece na UNAJ? (Art. 2º, II da Resolução n.º

Item prejudicado.

5.47. O servidor tem acessado o e-mail da sua unidade de arrecadação para ter conhecimento das orientações e comunicados enviados pelo chefe da Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação dos Serviços Judiciais – DIAJU? (Art. 2º, III, da Resolução n.º 26, de 10 de agosto de 2016)

Item prejudicado.

5.48. A legislação que trata sobre custas judiciais se encontra em local visível para consulta pelo público em geral? (Portaria Conjunta nº 3/2017-GP/VP/CJRMB/CJCI que dispõe sobre a regulamentação da redução percentual e do parcelamento de custas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências; Portaria Conjunta nº



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

004/2015/GP/CJRM/CJCI que dispõe sobre o procedimento de restituição de taxa judiciária, custas judiciais, despesas processuais e demais receitas recolhidas em favor do Fundo de Reaparelhamento do Tribunal de Justiça do Pará).

Item prejudicado.

6. ATENDIMENTO AO PÚBLICO e BALCÃO VIRTUAL (Resolução 372/2021-CNJ e Portaria 1724/2021-GP):

6.1. Quais as modalidades de atendimento ao público realizada? Quantos servidores são designados para o atendimento? Há um controle do quantitativo de atendimento realizado?

A Unidade realiza atendimento presencial, via contato telefônico e por meio do balcão virtual na plataforma do Microsoft Teams.

No atendimento presencial há designação de 1 servidor e de 1 estagiário para o atendimento.

No balcão virtual, todos os servidores estão habilitados ao atendimento.

Observação CGJ: Durante a correção foi feito o atendimento pelo Balcão virtual, e a servidora Rosymary foi atendida pelo Diretor de Secretaria.

6.2. Está sendo realizado o atendimento virtual de representantes do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados e demais usuários dos serviços judiciários?

Sim, sempre que solicitado.

7. DO GABINETE DO JUÍZO:

- DOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIOS:

7.1. Qual metodologia de trabalho é empregada no Gabinete?



Descreva o fluxo de trabalho desde a entrada do processo no Gabinete até seu retorno para a Secretaria.

Os servidores que atuam no gabinete, desde suas lotações, já receberam orientações da magistrada de como devem proceder acerca do fluxo do trabalho com a remessa dos autos conclusos, sendo a orientação prioritária a análise e celeridade nos processos de réus presos e os constantes das metas do CNJ, e o retorno dos autos à secretaria ocorre com a mesma metodologia de trabalho, priorizando réus presos e processos de metas do CNJ.

7.2. Como são divididas as tarefas no Gabinete? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor(a).

Um assessor e uma analista judiciária realizam as atividades que lhe são previamente direcionadas pela magistrada, com o apoio de um estagiário. Ao assessor é atribuída a atividade de proferir despachos de mero expediente após a análise da magistrada, bem como proferir decisões, também após a análise da magistrada e de forma conjunta com a magistrada analisar os processos conclusos para sentença, dando ainda apoio quando das gravações das audiências, atendendo ainda os advogados, o defensor público e o promotor de justiça.

A analista judiciária, lotada no gabinete, também profere despachos de mero expediente, após a análise da magistrada, confecção de relatórios dos processos conclusos para sentença, além de dar apoio quando das gravações das audiências, atendendo ainda os advogados, o defensor público e o promotor de justiça.

Observação da CGJ: foi informado pela Magistrada que há um estagiário que dá o apoio ao assessor e ao analista.

7.3. São fixadas metas de trabalho para cada servidor(a) dentro das atribuições para as quais foram designados no Gabinete?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim, como já informado acima, cada servidor com atuação no gabinete possui metas a cumprir, cujo cumprimento destas metas lhes são exigidos a cada quinze dias.

Observação da CGJ: Após avaliação do perfil de cada um, com o conhecimento técnico e jurídico, os servidores foram adaptados no gabinete para as atividades de audiência, minutas de sentença, decisão, despacho e outros.

7.4. Todos os servidores(as) e estagiários(as) possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim.

7.5. Considerando os últimos 12 (doze) meses, em quantos feitos o(a) Magistrado(a) da Unidade firmou suspeição ou declarou impedimento?

8 feitos no ano de 2022.
5 feitos no ano 2023.

Observação: Informou que comunica à CGJ quando declara suspeição. Inclusive, a magistrada reportou que tem processos que são da meta e que estão na 12ª Vara Penal.

7.6. São adotados os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício? (Provimento n.003/2009-CJRMB, alterado pelo Provimento n. 11/2009-CJRMB)

Sim.

7.7. Com que frequência o gabinete consulta o Sistema PjeCor? (Resolução n. 320/2020-CNJ, Provimento Conjunto n.11/2020-CJRMB/CJCI e Ofícios Circulares n. 135/2020-CJCI e n. 39/2021-CGJ)

A consulta se faz diariamente.



7.8. A publicação dos atos judiciais é realizada pelo Gabinete? Há publicação diária da resenha? Em caso negativo, qual a periodicidade? É certificado nos autos o dia da publicação no Diário de Justiça Eletrônico?

Sim, atualmente o próprio sistema PJe registra a informação pertinente à publicação.

7.9. É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar dos réus a cada 90 (noventa) dias, em cumprimento ao que dispõe o artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal?

Sim.

Observação da CGJ: Não há processos não revisados.

7.10. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(a) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais – CNIEP?

Na Capital, a Vara de Execução Penal é a responsável pelas Inspeções nos Estabelecimentos Penais.

- DA GESTÃO DA UNIDADE:

7.11. O(A) Magistrado(a) realiza a gestão da Vara como corregedor(a) natural mantendo o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias? Há acesso constante aos dados da Unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA?

Sim, a magistrada realiza gestão na unidade, havendo o acesso diário aos dados da Unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA.



7.12. Com que periodicidade o(a) Magistrado(a) se reúne com os servidores(as) para definir a gestão da Unidade?

Semanalmente, a magistrada reúne com o diretor de secretaria e com o assessor para reforçar a orientação e acompanhar os processos que exigem maior celeridade como os dos presos provisórios e os constantes das metas do CNJ.

7.13. A Unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente? Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da Unidade Judicial?

O plano de ação estabelecido sempre se refere a dar celeridade aos processos de presos provisórios e aos processos das metas do CNJ, incluindo com isso a fiel observância das pautas de audiências para atender as demandas nesses processos, bem como adotando como parâmetro os indicadores do Painel de Gestão Judiciária.

7.14. O(a) Magistrado (a) tem identificado dentre o corpo de servidores(as) a existência de problemas de saúde, física e mental?

Não.

7.15. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores(as) da Unidade (Secretaria/UPJ-Gabinete)?

Quando houve essa necessidade, a magistrada solicitou e foi atendida pelo departamento de gestão e estatística acerca do uso do PJe que no ano passado compareceu à unidade, ocasião em que repassou as orientações acerca do uso correto do PJe e esclareceu as dúvidas que existiam.

7.16. O Gabinete adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso



positivo, quais? (Boas Práticas)

Sim, divisão de tarefas, acompanhamento diário dos processos mais antigos, confecção de modelos atualizados com os entendimentos jurisprudenciais mais recentes, prevalência na pauta de audiências dos processos de réus presos e de Metas, consulta diária ao Painel de Gestão Judiciária.

8.DAS AUDIÊNCIAS/PERFIL DA PAUTA:

8.1. De acordo com o Painel de Gestão Judiciária, no ano anterior à correição e no ano corrente, qual o número de audiências designadas, não realizadas, realizadas e redesignadas?

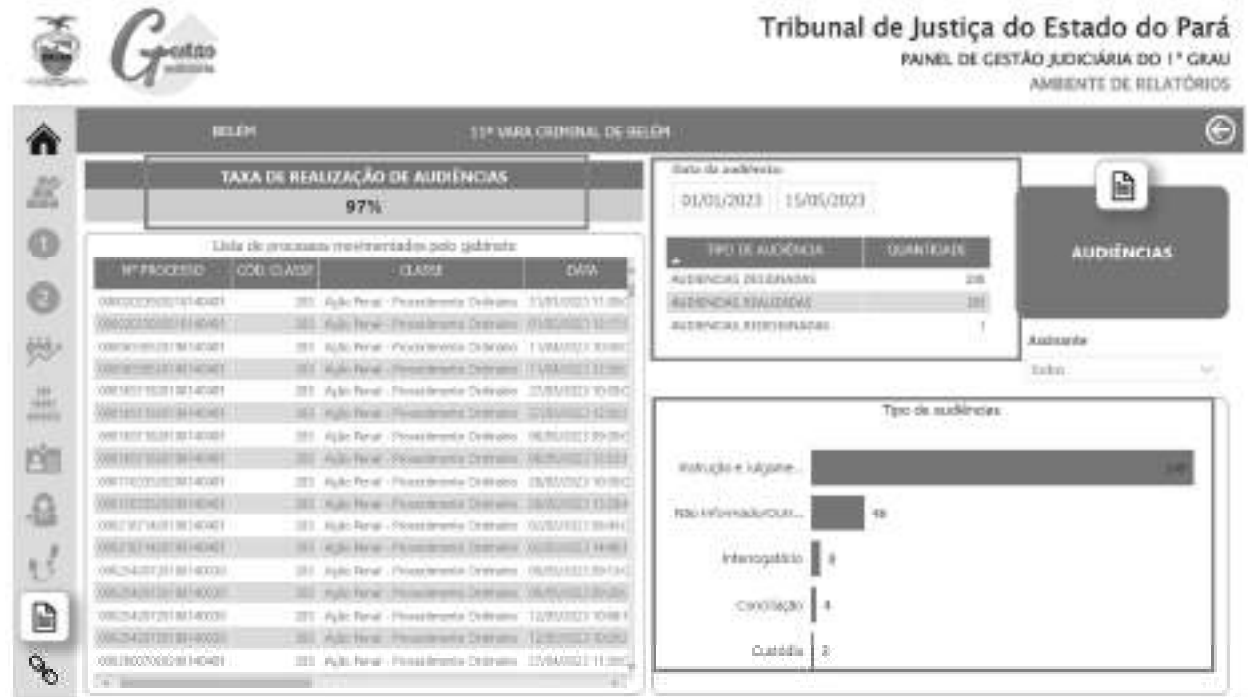
Observação CGJ: Dados preenchidos na correição

Situação	Ano anterior	Ano corrente
Audiências designadas	668	210
Audiências não realizadas	42	10
Audiências realizadas	504	202
Audiências redesignadas	34	1

8.1.1. Corregedoria: Inserir *prints* do Painel de Gestão Judiciária-Audiências para identificação do quantitativo de “*Tipos de audiências*” do ano anterior e do ano corrente.



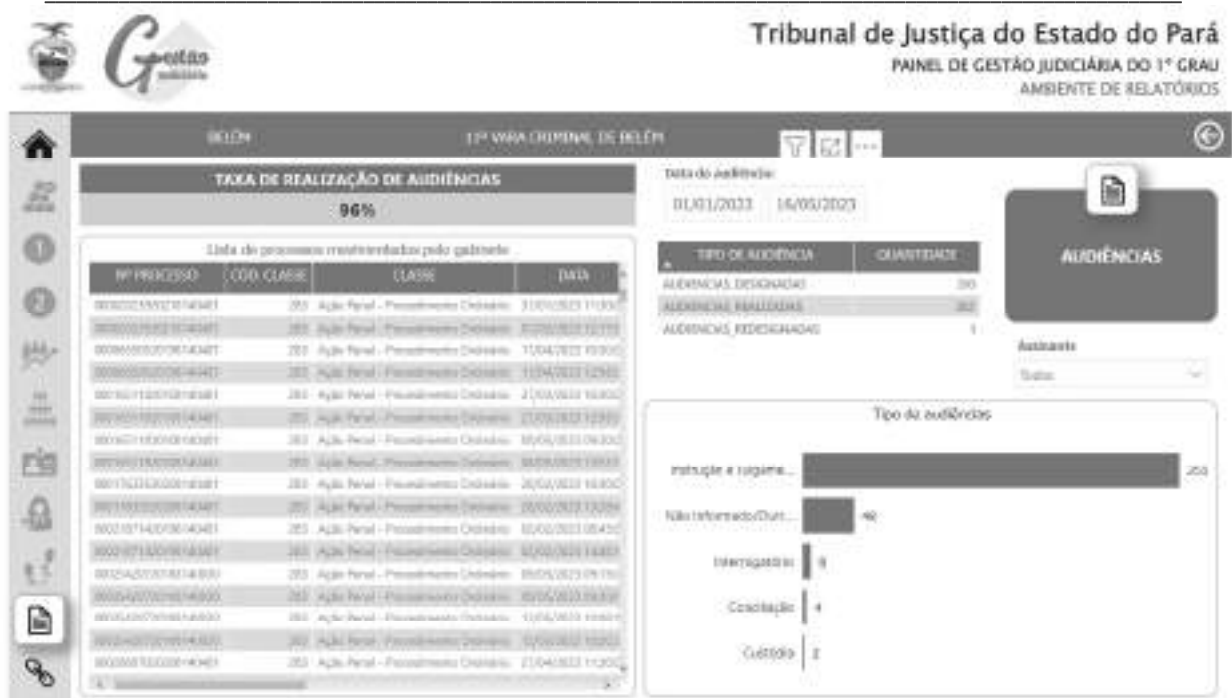
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Observação CGJ: Print em 16.05.2023



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



8.1.2. Taxa de realização de audiências (vide Painel de Gestão Judiciária):

ANO ANTERIOR: 75%

ANO CORRENTE: 96%

Observação da CGJ: a Unidade faz uma média 3 a 4 audiências de instrução por dia, com audiências de segundas às sextas-feiras. Estão com audiências de preso até junho de 2023 e audiências de réu solto para outubro de 2023.

8.2. As audiências estão sendo realizadas de forma presencial, videoconferência ou híbrida?

Presencial, exceto quando as partes solicitam nos autos a realização por videoconferência.

8.3. Em quantos e quais dias da semana são marcadas as audiências de processos envolvendo réus presos provisórios? Para qual data está marcada a última audiência de processo envolvendo preso provisório? Qual o número do processo?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

As audiências se realizam de segundas às sextas-feiras, estando a última audiência de processo envolvendo preso provisório designada para o dia 19 de junho de 2023, às 10:30hs - proc. nº 0802856-92.2023.8.14.0401.

8.4. Em quantos e quais dias da semana são marcadas as audiências de processos envolvendo réus soltos? Para qual data está marcada a última audiência de processo envolvendo preso solto? Qual o número do processo?

As audiências se realizam de segundas às sextas-feiras, estando a última audiência de processo envolvendo réu solto designada para o dia 03 de outubro de 2023, às 11:30hs – proc. nº 0823923-50.2022.8.14.0401.

8.5. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a esta seja efetivamente realizada?

Em casos de réus presos, 30 dias; em casos de réus soltos, entre 60 e 90 dias.

- UNIDADE COM COMPETÊNCIA PARA PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI:

8.6. Quantas Sessões do Tribunal do Júri foram designadas e quantas foram realizadas no ano anterior e no ano corrente, até a data da correição?

Prejudicado

8.7. Há processos em Secretaria/UPJ ou no Gabinete apenas aguardando designação de Sessão do Júri? Caso positivo, quantos e quais os números dos processos?

Prejudicado

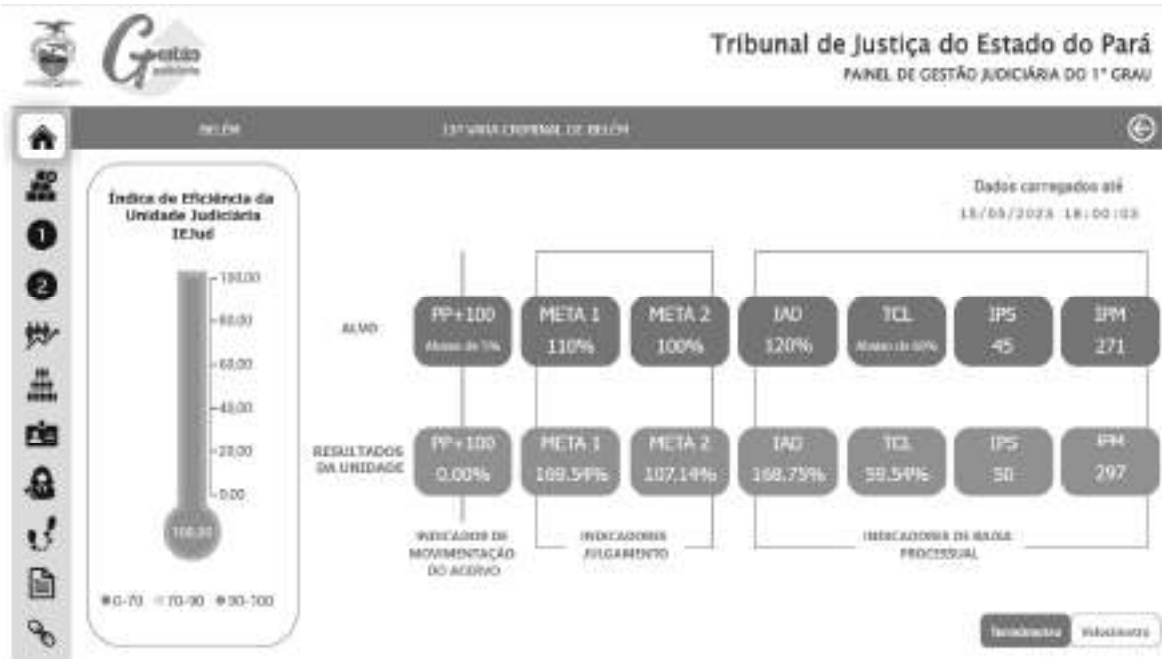
9. DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Corregedoria: Incluir print de telas/transcrever dados do Gestão Judiciária 1G contendo os dados de:

(1) IEJUD - 16.05.2023



(2) PP+100 (detalhes)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(3) Taxa de Congestionamento Líquida (TCL – detalhes).



(4) Painel de Gestão de Atividades (atos praticados por servidor (a) – ano corrente)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

5 Servidores em Secretária

1 Servidores em Gabinete

1 Servidores Afiliados

50 Índice de Produtividade do Servidor

297 Processos Encerrados

6 Servidor(es)

DISCIPLINA	NOME	CARGO	VENCIMENTO	TIPO CNJ	ABASTA
9007	LUIS FERREIRO DE LIMA ARAUJO	Analista Judiciário - Área Administrativa	BR-03	TP-03	
9020	MARILYN THAYSS DE ANDRADE SOARES			Emprego Público - Cargo Público	TP-03
9002	WINEIDA PRADO MAURO	Analista Judiciário	Metro	TP-03	Faixa 03/05/2023 a 14/06
9011	EDNEI AUGUSTO FERREIRA DE OLIVEIRA	Analista Judiciário	Metro	TP-03	
12433	FRANCA BESSA DE SAUS	Analista Judiciário - Área Administrativa	Metro	TP-03	
11876	QUANDA ARAUJO JAMANDI	Analista Judiciário - Área Administrativa	Metro	TP-03	
17474	WENDEY CRISTINA MELLO DA SILVA	Analista Judiciário	Metro	TP-03	

10. METAS NACIONAIS – CNJ:

METAS NACIONAIS 2023
REGIÃO DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE
COORDENADORIA DE CONTROLE DE INDICADORES E METAS

Avaliação: 15/05/2023 16:43:27

COMARCA: Unidade Judiciária (para ver o mapa clique para referência de Comarca)
BELEM (COMARCA) - 11ª VARA CRIMINAL DE BELEM (Unidade Judiciária) (Selec...)

Meta 1	Meta 2	Meta 4	Meta 8 FEM	Meta 8 VOM	Meta 11	Meta 11
X Não cumprida Situação 97,60% Grau de Cumprimento 1/4 Processos Satisfeitos 322 Processos Julgados	Meta cumprida Situação 107,14% Grau de Cumprimento 85,71% Grau de Julgamento 415 Meta de Processos 444 Processos Julgados -29 Necessidade de Julgar	Meta cumprida Situação 100,00% Grau de Cumprimento 52,63% Grau de Julgamento 7 Meta de Processos 11 Processos Julgados -2 Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação Não se aplica Grau de Cumprimento Não se aplica Grau de Julgamento Não se aplica Meta de Processos Não se aplica Processos Julgados Não se aplica Necessidade de Julgar	Meta cumprida Situação 111,13% Grau de Cumprimento 66,67% Grau de Julgamento 4 Meta de Processos 4 Processos Julgados 0 Necessidade de Julgar	Meta cumprida Situação 111,13% Grau de Cumprimento 33,33% Grau de Julgamento 3 Meta de Processos 3 Processos Julgados 0 Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação Não se aplica Grau de Cumprimento Não se aplica Grau de Julgamento Não se aplica Meta de Processos Não se aplica Processos Julgados Não se aplica Necessidade de Julgar

Unidade Selec: Dados de 2023 com referência do Glossário de Metas de 2022. Os dados podem sofrer alterações com a publicação do Glossário de 2023. Unidade Selec:

Glossários Consultar os processos pendentes



10.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Explique como ocorre o acompanhamento e as providências adotadas caso haja sinalização de não cumprimento pela Unidade. (Deve ser inserido print do Painel de Metas Nacionais)

O acompanhamento do cumprimento dos índices das Metas Nacionais é feito pela magistrada juntamente com assessor e diretor de secretaria. Após direcionamento da magistrada, o diretor de secretaria procede com análise manual dos processos constantes da listagem obtida no Painel de Gestão Judiciária.

11. ANÁLISE DE PROCESSOS POR AMOSTRAGEM:

11.1. Análise de 03 (três) processos à critério do Juízo corregedor:

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	0000873-82.2009.814.0401 (suspense)	15/05/23	andamento regular
02.	0802713-06.2023.8.14.0401	09/05/2023	manutenção da prisão cautelar. Audiência designada para o dia 01 de junho de 2023. RÉU PRESO
03.	0016889-38.2014.8.14.0401	04/05/2023	Devolução de mandado de intimação

11.2. Análise dos 03 (três) processos mais antigos em tramitação na Unidade de acordo com o Painel de Gestão Judiciária:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	00007809020078 140401	11/03/2023	Certidão
02.	00077126020088 140401	17/03/2023	Certidão
03.	00051516320088 140401	11/05/2023	Ao MP

11.3. Análise de 03 (três) processos envolvendo réus presos provisórios de acordo com a data de prisão mais antiga, sem sentença:

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	0818427- 40.2022.8.14.0401	16/05/2023	Em alegações finais
02.	0827182- 53.2022.8.14.0401	09/05/2023	Despacho: revisão da custódia. Designada audiência para o dia 16.06.2023
03.	0801358- 58.2023.8.14.0401	15.05.2023	Expedido alvará de soltura

11.4. Análise de 03 (três) processos relativos à Improbidade Administrativa e/ou crimes contra a Administração Pública:

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	0010331- 55.2011.8.14.0401	10.05.2023	Despacho GT



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

02	0011294- 29.2012.8.14.0401	04.05.2023	Juntada de alegações finais
03	0031115- 82.2013.8.14.0401	28.03.2023	Juntada de alegações finais do MP

• **Processos da meta que estão na 12 vara criminal:**

- 0039839-07.2015.8.14.0401 - Processo sentenciado em 29/10/2019 pelo Juízo Substituto da 12ª Vara Criminal de Belém. Fase de Execução de pena na VEPMA. Restituição de valor da fiança.
- 0031115-82.2013.8.14.0401 - Magistrada se julgou suspeita por motivo de foro íntimo. Encaminhado ao Juízo da 12ª Vara Criminal. Alegações finais apresentadas pelo Ministério Público em 28/03/2023.
- 0010740-50.2019.8.14.0401 - Magistrada se julgou suspeita por motivo de foro íntimo. Encaminhado ao Juízo da 12ª Vara Criminal. Alegações finais apresentadas pela Defensoria Pública em 15/03/2023.

CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	TOTAL
Ação Penal - Procedimento Instaurado	2	2
PROCESSOS EM ANDAMENTO		146
Procedimento Especial de Lei Antidrogas	14	14
Processo Intermediário	10	10
Ação Penal - Procedimento Sumário	0	0
Ofício de Calagem, Selo e Encaminhamento de Competência de Cível/Ordem	1	1
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	1	1
Quilidade Intermediária Especial	1	1
Representação Criminal/Requisição de Fiança	1	1
Requisição Fiança	1	1
Citação Antecipada	1	1
Requisição Material de Interdito	1	1
Requisição de Busca e Apreensão Criminal	1	1
Requisição de Busca de Pessoas em Situação de Interdito	1	1
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-IBP)	1	1
Requisição de Interdito Provisório	1	1
Total	47	167

Classes e situação processual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Prioridades réu preso

11.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, quantas cartas precatórias foram encaminhadas e ainda se encontram aguardando devolução? Como a Unidade realiza o controle/identificação dos processos no PJe que aguardam devolução de precatórias?

A unidade possui cinco cartas precatórias expedidas e ainda não devolvidas. O controle/identificação dos processos que aguardam a devolução de cartas precatórias é realizado mediante etiqueta junto ao sistema Pje.

Observação CGJ: etiquetas das cartas precatórias



11.6. Análise de 05 (cinco) processo com Carta Precatória expedida e



sem devolução há mais de 90 (noventa) dias:

Não há Carta Precatória expedida e sem devolução há mais de 90 (noventa) dias

11.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, quantas cartas precatórias estão distribuídas para a Unidade e ainda se encontram com status "em andamento" no acervo ativo da Vara, segundo o Painel de Gestão Judiciária?

Na comarca da Capital existe a Vara de Cartas Precatórias específicas para esse fim.

11.8. Análise de 05 (cinco) processos com Cartas Precatórias recebidas, sem cumprimento há mais de 60 (sessenta) dias:
Prejudicado

12.VARA COM COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO PENAL (itens 11.1 a 11.20): Prejudicado

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

12.16. DADOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO:

12.16.1. SEEU - Dados Estatísticos de Processos Ativos: Prejudicado

12.16.2. SEEU - Dados Estatísticos de Processos Ativos: Prejudicado

13. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO-PJE:

Acervo de processos ATIVOS em tramitação na Unidade (Painel de Gestão Judiciária):	541
Acervo de processos SUSPENSOS (Painel de Gestão Judiciária):	338



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos distribuídos/redistribuídos para a Unidade no ano anterior (Painel de Gestão Judiciária-Entrada de feitos)	560
Total de processos distribuídos/redistribuídos para a Unidade no ano corrente (Painel de Gestão Judiciária-Entrada de feitos)	318
TOTAL de processos paralisados há mais de 100 dias na UNIDADE (PP+100 total - Painel de Gestão Judiciária):	0
Processos conclusos há mais de 100 dias (PP+100 Gabinete - Painel de Gestão Judiciária):	0
Processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria/UPJ (Painel de Gestão Judiciária):	0
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa " <i>Verificar providência a adotar</i> "	109
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa " <i>Migração do sistema Libra</i> "	0
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa " <i>Verificar manifestação</i> "	1
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa " <i>Preparar guia</i> "	0
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa " <i>Remeter ao 2º. Grau</i> "	1
PERFIL SECRETARIA PJE – AGRUPADORES (a partir do filtro <i>buscar resultados desde sempre</i>) - Petições avulsas não lidas	1
PERFIL SECRETARIA PJE – AGRUPADORES (a partir do filtro <i>buscar resultados desde sempre</i>) – Mandados devolvidos pelo oficial de justiça	3
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa " <i>Designação de audiências</i> "	13
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa " <i>Minutar ato de decisão</i> "	23
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa " <i>Minutar ato de despacho</i> "	49



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa "Minutar ato de julgamento"	16
Perfil GABINETE PJE – Processos com prioridade legal conclusos há mais de 100 dias:	0

14. CORREIÇÕES ANTERIORES:

14.1. É cumprido o que determina o Código Judiciário do Estado do Pará quanto à realização de correição anual na Comarca pelo(a) Magistrado (a)? Identificar a data da última correição ordinária periódica, o registro no PJeCor e o (a) Magistrado(a) responsável.

(Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)

Sim.

A última correição ordinária se realizou nos dias 09/02/2023 e 10/02/2023.
PJeCOR 0000403-73.2023.2.00.0814.

14.2. Data da última correição ordinária realizada pela Corregedoria e registro no sistema PJeCor

A última correição ordinária fora realizada pela Corregedoria nos dias 30/05/2017 e 01/06/2017, não possuindo registro junto ao PJeCor em virtude da não existência à época desse sistema. Registrado no SAPCOR nº 2017.6.001671-3 (Siga-Doc PA-MEM-2017/21764)

14.3. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria que se encontram ainda pendentes de cumprimento?

Não há registros de recomendações pendentes de cumprimento.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. A Magistrada reportou que o processo 0010331552011.814.0401, foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

encaminhado para o grupo de improbidade (META 4), que está com carga para o grupo desde outubro de 2022. A Magistrada reportou que mensalmente faz contato com a Coordenadora do Grupo de Improbidade, Dra. Mônica Maciel, e foi informada que o processo está com carga para o Magistrado José Gomes Filho. O processo está conclusos para sentença desde outubro de 2022. Solicita providências da Corregedoria para que os autos sejam devolvidos sentenciados. Reportou que o processo foi despachado em 10/05/2023.

2. A Magistrada reportou que os processos com prazos extrapolados com vista ao Ministério Público são cobrados através de ofícios e quando cobrados são devolvidos.

16. **CONCLUSÕES:**

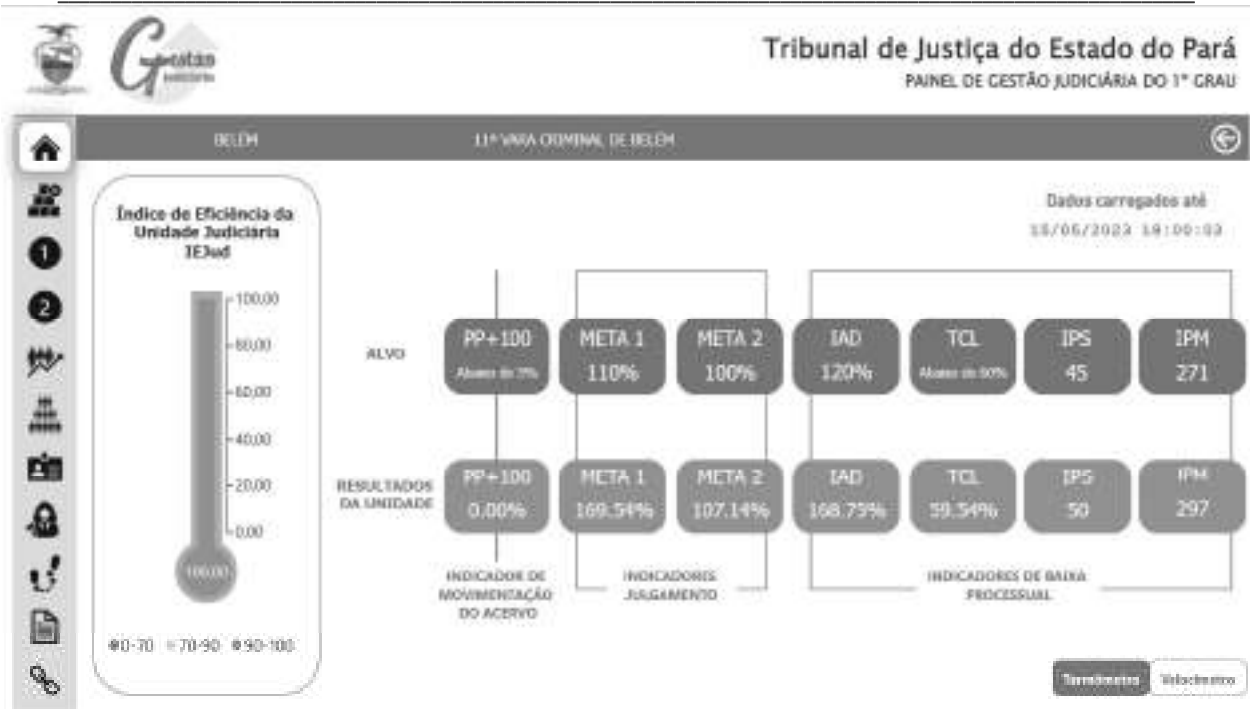
A 11ª Vara Criminal da Comarca de Belém foi incluída no calendário de correição da Corregedoria Geral de Justiça, em razão da última correição ordinária realizada pela CGJ ter ocorrido no período de 30/05/2017 a 01/06/2017. A magistrada Alda Gessyane Monteiro de Souza Tuma cumpriu o que determina o Provimento n. 04/2001-CGJ e realizou correição ordinária referente ao ano de 2022, conforme relatório registrado nos autos PJEOR 0000403-73.2023.2.00.0814.

Por ocasião da realização da inspeção, a Unidade possuía **879** processos compondo o acervo da Unidade, dos quais **541** se encontravam ativos e **338** suspensos, havendo **23 (vinte e três) feitos** envolvendo réus presos provisórios. Não havia processos paralisados há mais de 100 dias. Merece registro **a excelente taxa de realização de audiências verificada na Unidade: 97%**, no período de 01/01/2023 a 15/05/2023.

No Painel de Gestão Judiciária a Unidade se encontrava com Índice de Eficiência da Unidade Judiciária – IEJud em **100%**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

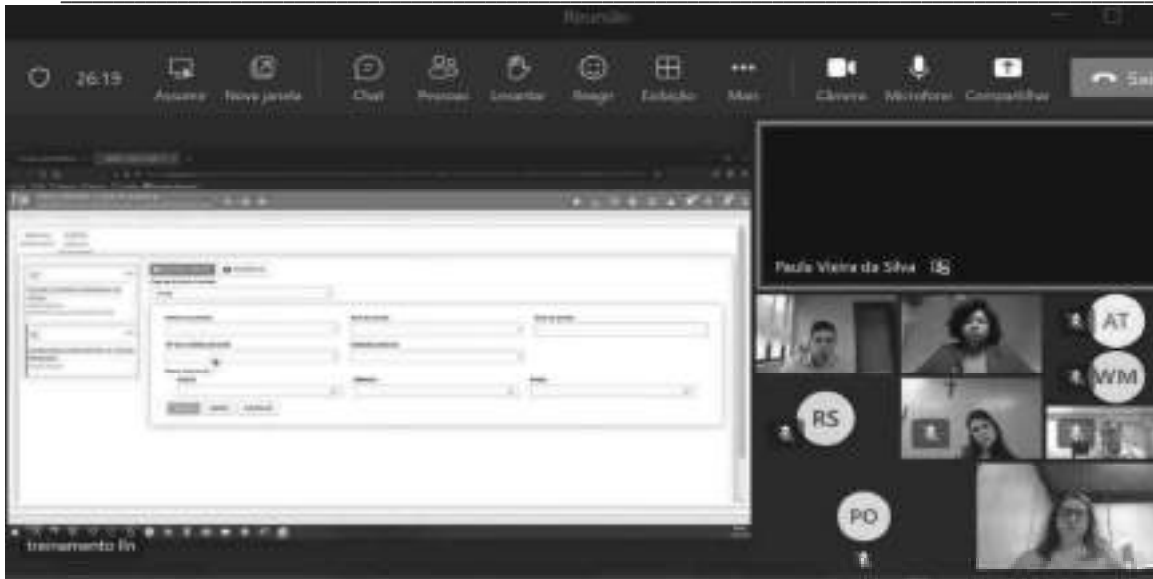


Ressalte-se, ainda, que a Vara tem uma excelente gestão do PJE com a padronização de etiquetas e triagem dos processos, desde a distribuição para a Unidade. Registro como boa prática poucas etiquetas utilizadas e que precisam de pequenos ajustes. Assim como foi verificado durante a correção a utilização esmerada do sistema SNGB (Sistema Nacional de Gestão de Bens).

A Corregedoria Geral intermediou a realização de *workshop para esclarecer algumas dúvidas da Unidade em relação ao Painel de Gestão Judiciária*. Assim como intermediou a realização de *workshops* entre os servidores/magistrada da Unidade e a servidora Noemy Eminny Penha Carvalho, vinculada à Secretaria de Informática, objetivando tirar dúvidas relacionadas ao PJE – modalidade criminal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Este é o relatório que submetemos à elevada apreciação do Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor-Geral de Justiça para análise e considerações.

17.DOCUMENTOS ANEXOS:

- Lista de presos provisórios e procurados do BNMP
- Lista de bens extraída do SNBA.
- Relatório de fiscalização judicial virtual da Coordenadoria de Arrecadação
- Relatório de subcontas sem movimentação há mais de três anos

18.ACERVO DE FOTOS:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Juíza Corregedora Ana Angélica Abdulmassih Olegário, Juíza Alda Gessyane Monteiro de Souza Tuma com a equipe de servidores da unidade correicionada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Servidores do Gabinete



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Servidores da Secretaria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Servidores de Secretaria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Balcão de atendimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, PA, 17 de maio de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH Assinado de forma digital por ANA
ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
OLEGARIO:7919 Dados: 2023.09.01 15:23:06 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

ROSYMARY NEVES Assinado de forma digital por
ROSYMARY NEVES
TEIXEIRA:37571540291 TEIXEIRA:37571540291
Dados: 2023.09.01 15:43:36 -03'00'

Rosymary Neves Teixeira

Analista da CGJ

PAULO SERGIO Assinado de forma digital por PAULO
SERGIO OLIVEIRA:25062
OLIVEIRA:25062 Dados: 2023.09.01 15:27:31 -03'00'

Paulo Sérgio Oliveira

Analista da CGJ